

84 -ROSEMEIRE DA SILVA GUEDES	47983517-2
85 -HANNA PAULA FERREIRA	42286908-9
86 -PAMELLA CHRISTYNNA FERREIRA DA SILVA	54548042-5
87 -LORENA MARQUES MARTINS	59017339-X
88 -MARIA APARECIDA FERREIRA	30512669-6
89 -VIVIANE PEREIRA DE ALMEIDA DA GAMA	43678551-1
90 -ELISABETE FRANCO DOMINGUES	42065984-5
III – VAGAS DISPONÍVEIS 06	
Código CIE – Nome da Escola – Número de Vagas	
MUNICÍPIO DE ILHA COMPRIDA	
903723 EE PROF JUDITH S DIEGUES	1
MUNICÍPIO DE IGUAPE	
COD CIE ESCOLA	VAGAS
47715 EE CLODONIL CARDOSO	1
908344 EE PREF JOFRE MANOEL	1
MUNICÍPIO DE ITARIRI	
34952 EE RAPOSO TAVARES	2
906049 EE BAIRRO NOVA ITARIRI	1

## DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE OURINHOS

### PORTARIA DA DIRIGENTE REGIONAL DE ENSINO, DE 22/02/2023.

**Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos**  
**Edital de Abertura de Inscrição**  
 Processo Seletivo Simplificado Regional para contratação de Agente de Organização Escolar/2023

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, CE-CTD, da Diretoria de Ensino da Região Ourinhos, com fundamento no inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual/1989, no inciso II do artigo 1º da Lei Complementar 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto 54.682, de 13 de agosto de 2009, e de acordo com a Autorização Governamental de 10/02/2023, publicada no Diário Oficial do Estado em 11/02/2023, torna pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado de Prova e Títulos, a ser realizado e classificado em nível Municipal, em caráter excepcional, para contratação temporária de servidores para exercerem a função de Agente de Organização Escolar, do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria de Estado da Educação, enquanto perdurar o estado de calamidade estabelecido pelo Decreto 64.864/2020.

A Comissão Especial responsável pela condenação e andamento do presente processo Seletivo encontra-se constituída pela Portaria de 14/02/2023, publicada em DOE 15/02/2023.

NÚMERO DE VAGAS INICIAIS: 43 (quarenta e três)  
**INSTRUÇÕES ESPECIAIS**

#### I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1 - O presente processo seletivo simplificado destina-se à contratação de Agentes de Organização Escolar, para manutenção de atividades consideradas essenciais, no âmbito das unidades escolares estaduais.

2 - A contração será para realização de trabalho presencial nas unidades de ensino, vedada a inserção em regime de teletrabalho, nos termos da Resolução SEDUC 59/2021.

3 - A contratação ocorrerá pelo prazo máximo de 12 meses podendo o contratado ser dispensado antes do prazo final, a critério da Administração pelo fim do Estado de Calamidade Pública que dispõe o Decreto 64.879/2020.

4 - Os servidores serão contratados nos termos da Lei Complementar 1.093/2009, regulamentada pelo Decreto 54.682/2009 e, de acordo com a Lei Complementar 1.010/2007, estarão vinculados ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS e serão contribuintes do INSS.

5 - Do total de vagas do Processo Seletivo Simplificado a serem publicadas, ficarão reservadas 5%, para candidatos portadores de deficiência, nos termos da Lei Complementar 683/1992, alterada pela Lei Complementar 932/2002.

6 - Os candidatos que pertencentes ao grupo de risco, disposto no artigo 1º do Decreto 64.864/2020 não se enquadram na situação de candidatos portadores de deficiência.

#### II - DOS PRÉ-REQUISITOS

1 - O candidato, sob as penas da lei, assume cumprir as exigências abaixo discriminadas:

a) ser brasileiro nato, naturalizado ou, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal de 1988;

b) ter, na data da contratação, idade mínima de 18 anos completos;

c) quando do sexo masculino, estar em dia com as obrigações do serviço militar;

d) não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício de seus direitos civis e políticos;

e) ter sido aprovado no processo seletivo;

f) ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições da função;

g) não pertencer ao grupo de risco de acordo com o Decreto 64.864/2020;

h) conhecer as exigências contidas neste edital e estar de acordo com elas.

2 - A apresentação de todos os documentos comprobatórios das condições exigidas no item anterior será realizada por ocasião da celebração do contrato.

3 - A não apresentação dos documentos ou não comprovação da respectiva autenticidade, conforme solicitado, impossibilitará o exercício do candidato.

4 - Será comprovada a idade do candidato com a apresentação da certidão de nascimento ou documento equivalente;

#### III - DOS VENCIMENTOS E DA JORNADA DE TRABALHO

1 - Os vencimentos da classe de Agente de Organização Escolar correspondem ao valor de R\$ 1.320,00.

2 - A jornada de trabalho, a que ficarão sujeitos os contratados, caracteriza-se pela prestação de 40 horas semanais.

3 - A jornada de trabalho será presencial vedada sua realização em regime de teletrabalho O Processo Seletivo Regional não gera, para a Diretoria de Ensino Região - Ourinhos, a obrigatoriedade de aproveitar todos os candidatos classificados.

4 - A participação do candidato prevê apenas, a expectativa de direito à preferência na contratação, de acordo com a classificação obtida e as vagas disponíveis.

5 - Esta Diretoria de Ensino reserva-se ao direito de proceder às contratações dos candidatos, em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço.

#### IV - DAS ATRIBUIÇÕES BÁSICAS DA FUNÇÃO

1 - As atribuições do Agente de Organização Escolar estão previstas no artigo 3º da Resolução SE 52/2011 e englobam o desenvolvimento de atividades no âmbito da organização escolar, relacionadas com a execução de ações envolvendo a secretaria escolar e o atendimento a alunos e à comunidade escolar em geral, de acordo com as necessidades da unidade escolar.

#### V - DAS INSCRIÇÕES

1 - A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, acerca das quais não poderá alegar desconhecimento.

2 - A inscrição será realizada no período das 8 horas do dia 23/02/2023 até às 17 horas do dia 05/03/2023 no site https://deourinhos.educacao.sp.gov.br/ com preenchimento do formulário https://docs.google.com/forms/d/14kl-zzFlexDMg2JeOyXpMmJOJ5zwo2gqLeP7fBSlrFY/edit?pli=1 , estando o candidato isento do pagamento de qualquer taxa.

3 - A efetivação da inscrição dar-se-á mediante o correto preenchimento do Formulário de Inscrição, dentro do prazo estipulado sendo que apenas uma inscrição poderá ser efetivada.

4 - Além dos dados pessoais, o candidato deverá fornecer, obrigatoriamente, e-mail pessoal a ser utilizado para recebimento de informações e acesso ao formulário de inscrição.

5 - No ato da inscrição, o candidato declara que comprometerá, na data da assinatura do contrato, o preenchimento dos requisitos e condições para o exercício da função, previstos no Capítulo II deste Edital.

6 - As informações prestadas no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade do candidato.

7 - Ao realizar a inscrição, o candidato poderá optar por 1 (um) Município vinculado à respectiva Diretoria de Ensino, para fins de classificação e escolha de vaga.

#### VI - DA INSCRIÇÃO DO CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

1 - As pessoas com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo Decreto Estadual 9.591/2013 e pela Lei Complementar Estadual 683/92, alterada pela Lei Complementar Estadual 932/2002, nos termos do Capítulo VIII do artigo 37 da Constituição Federal/88 e da Lei Federal 7.853/2989 é assegurado o direito de inscrição no Processo Seletivo Simplificado, desde que a deficiência de que é portador, seja compatível com as atribuições da função de Agente de Organização Escolar.

2 - Em cumprimento ao disposto no artigo 2º do Decreto Estadual 59.591/2013 e no artigo 1º da Lei Complementar Estadual 683/1992, alterada pela Lei Complementar932/2002, será reservado o percentual de 5% das vagas existentes, no prazo de validade do Processo Seletivo.

3 - Para fins deste processo seletivo, consideram-se pessoas com deficiência, aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no parágrafo único do artigo 1º do Decreto 59.591/2013.

4 - O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas para pessoas com deficiência deverá entregar, no ato da escolha da vaga, laudo médico (fotocópia autenticada), expedido no prazo máximo de 2 anos antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência de que é portador, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças - CID.

5 - No laudo médico, de que trata este item deverão constar:

a) assinatura e carimbo do número do CRM do médico responsável por sua emissão;

b) nome completo do candidato, número do documento de identidade (RG) e número do CPF.

c) deverá constar, também, no relatório médico que a deficiência do candidato é compatível com as atribuições da função-atividade de Agente de Organização Escolar.

d) O laudo médico deverá estar legível, sob pena de não ser considerado.

e) O laudo médico não será devolvido.

6 - O candidato que não atender aos dispositivos mencionados no item 5 deste Capítulo, não será considerado com deficiência e concorrerá na classificação geral.

#### VII - DA PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS

1 - Somente poderão ser admitidos os estrangeiros que preencham os requisitos para naturalização, e os estrangeiros de nacionalidade portuguesa, com direito aos benefícios do Estatuto da Igualdade.

2 - Para inscrição no processo seletivo, será exigido dos candidatos estrangeiros o documento oficial de identificação (Registro Nacional de Estrangeiro - RNE).

3 - Concedida a naturalização ou obtidos os benefícios do Estatuto de Igualdade, para assumir o exercício da função, deverá o candidato apresentar o documento de identidade, de modelo igual ao dos brasileiros natos, com as anotações pertinentes.

4 - O estrangeiro que:

a) Se enquadra na hipótese de naturalização ordinária (artigo 12, II, "a", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o deferimento de seu pedido de nacionalidade brasileira pela autoridade federal competente;

b) Se enquadra na hipótese de naturalização extraordinária (artigo 12, II, "b", da Constituição Federal), deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento das condições exigidas na legislação federal para a concessão da nacionalidade brasileira, mediante a apresentação de cópia do requerimento de naturalização junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram;

c) Tem nacionalidade portuguesa, deve comprovar, no momento da contratação, o preenchimento dos requisitos necessários à fruição dos benefícios do Estatuto de Igualdade com brasileiros quanto ao gozo de direitos civis (Decreto 3.297/2001), mediante a apresentação de cópia do requerimento para sua obtenção junto ao Ministério da Justiça, com os documentos que o instruíram.

#### VIII - DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS

1 - O candidato preto, pardo ou indígena deverá indicar, no momento da inscrição, se fará uso do sistema de pontuação diferenciada, nos termos da Lei Complementar 1.259/2015, do Decreto 63.979/2018 e das Instruções CPPNI 01 e 02/2019.

2 - Para realizar a inscrição, o candidato que se declarar preto, pardo ou indígena e que optar por utilizar o sistema de pontuação diferenciada, deverá efetuar os procedimentos gerais estabelecidos no Capítulo V deste Edital, assim como observar e cumprir os procedimentos descritos neste Capítulo.

3 - Os candidatos que fizerem jus ao sistema de pontuação diferenciada serão beneficiados mediante acréscimo na pontuação final, conforme fatores de equiparação especificados no Decreto 63.979/2018.

4 - Para fazer jus à pontuação diferenciada, o candidato - no ato de inscrição deste Processo Seletivo e CUMULATIVAMENTE - deverá:

a) declarar-se preto, pardo ou indígena (autodeclaração);

b) declarar, sob as penas da lei, que não foi eliminado de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem teve anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar 1.259/2015;

c) manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada;

d) o candidato que optar pela utilização da pontuação diferenciada deverá, cumulativamente ao preenchimento da ficha de inscrição, preencher e enviar autodeclaração nos termos deste Capítulo (Anexo III deste Edital).

e) enviar via internet, no link específico deste Processo Seletivo https://docs.google.com/forms/d/14kl-zzFlexDMg2JeOyXpMmJOJ5zwo2gqLeP7fBSlrFY/edit :

e.1) especificamente para o candidato que se declarou Preto ou Pardo: o documento de identidade oficial próprio, que contenha sua foto, bem como documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada, a qual será utilizada somente no caso de subsistir dúvidas quanto à autodeclaração do candidato e exista necessidade de comprovação de ascendência deverá ser inserido no ato da inscrição no formulário disponível https://docs.google.com/forms/d/14kl-zzFlexDMg2JeOyXpMmJOJ5zwo2gqLeP7fBSlrFY/edit;

e.2) especificamente para o candidato que se declarou índio: Registro Administrativo de Nascimento do Índio - RANI próprio ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - RANI de um de seus genitores ou autodeclaração.

5 - não serão considerados válidos documentos enviados por via postal, fac-símile, correio eletrônico ou entregues no dia de aplicação da(s) prova(s), mesmo que estejam em conformidade com o estabelecido neste Edital.

6 - é permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que NÃO deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas neste Edital, não podendo interpor recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado.

7 - a partir de 08/03/2023, após o término do período de inscrições, a relação com os nomes de todos os candidatos que optaram pelo sistema de pontuação diferenciada será publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br) e no site da Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos;

8 - contra a decisão que venha eventualmente indeferir a solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas, fica assegurado ao candidato o direito de interpor recurso, no dia 09/03/2023, das 8 às 17 horas, no https://docs.google.com/forms/d/1mtoGtdObpylgkcbSVfs4cxXkpN5PgR4A11-F2-hAQ/edit

9 - o resultado do recurso contra o indeferimento de solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas estará disponível nos sites da Imprensa Oficial (www.imprensaoficial.com.br) e da Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos, a partir de 13/03/2023.

10 - Os candidatos que optarem por utilizar o sistema de pontuação diferenciada participarão deste certame em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação, ao dia, horário de início e local de aplicação das provas.

11 - A veracidade da autodeclaração será objeto de verificação por parte da Comissão de Heteroidentificação constituída na Diretoria de Ensino;

a) para aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos pretos e pardos será verificada a fenotipia (aparência), que se dará por meio de procedimento de verificação da documentação anexada no formulário disponível https://docs.google.com/forms/d/14kl-zzFlexDMg2JeOyXpMmJOJ5zwo2gqLeP7fBSlrFY/edit

b) poderá haver convocação para a realização do procedimento de verificação da veracidade da autodeclaração de candidato Preto ou Pardo;

c) a convocação será efetuada por meio do e-mail declarado pelo candidato no formulário de inscrição ao processo seletivo;

d) durante o processo de verificação o candidato deverá responder às perguntas (se for o caso) que forem feitas pela Comissão de Heteroidentificação;

e) após realização do procedimento de verificação, caso ainda subsistam dúvidas para a Comissão de Heteroidentificação, quanto a autodeclaração do candidato, será então considerado o critério da ascendência;

f) para comprovação da ascendência será exigido, do candidato, documento idôneo, com foto, de pelo menos um de seus genitores, em que seja possível a verificação do preenchimento do requisito previsto para habilitação ao sistema de pontuação diferenciada;

g) A aferição da veracidade da autodeclaração do candidato indígena será feita por meio do Registro Administrativo de Nascimento do Índio - RANI próprio, conforme entregue no momento da inscrição, ou, na ausência deste, o Registro Administrativo de Nascimento de Índio - RANI de um de seus genitores ou autodeclaração.

12 - As decisões relativas à aferição da veracidade da autodeclaração de candidatos Pretos, Pardos e Indígenas constarão de edital a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo (www.imprensaoficial.com.br). Nessa mesma oportunidade e mesmo edital serão divulgados/fixados o prazo e a forma para interposição de pedido de reconsideração relativo ao resultado de solicitação de participação como PPI;

13 - o candidato que não atender a convocação enviada por e-mail e deixar de comparecer ao procedimento de verificação presencial ou que deixar de cumprir qualquer uma das exigências relativas ao processo de heteroidentificação será eliminado deste Processo Seletivo.

14 - Constatada a falsidade da autodeclaração, o candidato será eliminado deste certame, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo único, da Lei Complementar 1.259/2015;

15 - compete à Comissão de Heteroidentificação decidir, em juízo de retratação, com o auxílio da Coordenação de Políticas para a População Negra e Indígena, quando for o caso, os pedidos de reconsideração interpostos por candidatos contra a decisão que constatar a falsidade da autodeclaração.

16 - Em caso de o candidato já ter sido nomeado ou admitido, sujeitar-se-á à anulação do respectivo ato mediante procedimento de invalidação, na forma dos artigos 58 e seguintes da Lei 10.177/1998.

17 - A fórmula de cálculo da pontuação diferenciada a ser atribuída a pretos, pardos e indígenas é a seguinte: PD = (MCA – MCPPI) / MCPPI Onde: PD é a pontuação diferenciada a ser acrescida às notas, em cada fase do concurso público, de todos os candidatos pretos, pardos ou indígenas que manifestaram interesse em participar da pontuação diferenciada. MCA é a pontuação média da concorrência ampla entre todos os candidatos que pontuaram, excluindo-se os inabilitados. Entende-se por "ampla concorrência" todos os candidatos que pontuaram e que não se declararam como pretos, pardos ou indígenas e aqueles que, tendo se declarado pretos, pardos ou indígenas, optaram por não participar da pontuação diferenciada.

Título	Comprovante	Valor Unitário	Valor Máximo
Tempo de experiência na área administrativa, em unidade escolar, voltado para atividades relacionadas ao item IV deste			
Edital.	Certidão Pública el ou registro em Carteira Profissional elou Declaração em papel timbrado emitida pelo Setor de Pessoal ou Órgão de Recursos Humanos legalmente habilitados de Instituição Pública/Privada.	1,00 (por ano completo)	10,00

4 - O tempo de serviço será considerado até 30/06/2022 por ano completo;

5 - Não será considerada a contagem de tempo concomitante;

6 - A declaração falsa ou inexistente, bem como a apresentação de documentos falsos, determinará a anulação da inscrição e todos os atos dela decorrentes em qualquer época.

7 - A declaração de tempo de serviço será apresentada no ato da contratação e constatada a falsidade da autodeclaração, o candidato será eliminado deste certame.

#### XII - DOS RECURSOS

1 - Será admitido recurso quanto:

a) às questões da prova e gabarito;

b) ao resultado da prova e da avaliação de títulos;

c) ao resultado quanto à decisão que venha a indeferir a solicitação para participação pelo sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas.

2 - O prazo para interposição de recurso será de 3 (três) dias úteis, contados a partir de data subsequente da publicação do resultado, do respectivo evento.

3 - A interposição do recurso ocorrerá por meio do site da Diretoria de Ensino da Região Ourinhos, no link https://docs.google.com/forms/d/1mtoGtdObpylgkcbSVfs4cxXkpN5PgR4A11-F2-hAQ/edit e será o único meio válido e aceito para a interposição de recursos.

4 - Admitir-se-á um único recurso por candidato, desde que devidamente fundamentado.

5 - Compete à Comissão Especial de Contratação a decisão dos recursos impetrados, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.

6 - Não serão aceitos os recursos interpostos por fax, e-mail, ligações telefônicas, que tenham sido protocolados pessoalmente ou por qualquer outro meio, além das formas previstas neste Capítulo.

7 - A decisão do recurso será dada a conhecer, conforme o caso, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo e site da Diretoria de Ensino Região de Ourinhos.

#### XIII - DO DESEMPATE

1 - Em caso de igualdade da pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate ao candidato:

a) Maior nota nas questões da disciplina: Português;

b) Maior nota nas questões da disciplina: Matemática;

diferenciada. MCPPI é a pontuação média da concorrência PPI, entre todos os candidatos que pontuaram e que foram habilitados antes da aplicação da pontuação diferenciada.

18 - A fórmula para aplicação da pontuação diferenciada às notas de pretos, pardos e indígenas é a seguinte: NFCPPI = (1+PD)\*NSCPPI Onde: NFCPPI é a nota final na fase do concurso público, após a aplicação da pontuação diferenciada e que gerará a classificação do candidato na etapa do concurso público. Ao término da fase de concurso público, a nota final passa a ser considerada a nota simples do candidato. NSCPPI é a nota simples do candidato beneficiário, sobre a qual será aplicada a pontuação diferenciada.

19 - A eliminação dos candidatos que não obtiveram o desempenho mínimo estipulado neste Edital ocorrerá após a aplicação da pontuação diferenciada (PD) sobre a nota simples do candidato beneficiário do sistema diferenciado de que trata este Capítulo.

20 - Os cálculos já efetuados referentes à pontuação diferenciada, relativos ao desempenho médio dos candidatos, não serão refeitos ou alterados em virtude de exclusão de candidatos por falsidade na autodeclaração.

21 - A pontuação diferenciada também não será aplicada quando, na fórmula de cálculo da pontuação diferenciada (PD), a MCPPI (pontuação média da concorrência PPI) for maior ou igual que a MCA (pontuação média da concorrência ampla).

22 - Ao candidato Preto, Pardo ou Indígena, que seja pessoa com deficiência é assegurado o direito de manifestar interesse em utilizar a pontuação diferenciada, de que trata este Capítulo, cumulativamente com as prerrogativas que lhe são asseguradas pela Lei Complementar 683, de 18 de setembro de 1992, que dispõe "sobre reserva, nos concursos públicos, de percentual de cargos e empregos para portadores de deficiência e dá providências correlatas".

#### IX - PROVA

1 - A Prova Objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 30 questões objetivas, de acordo com o Conteúdo Programático constante deste Edital.

2 - A prova será aplicada na data de 19/03/2023, em formato on-line, com duração e horário determinados em Edital de Convocação para a Prova a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias de sua realização.

3 - O link de acesso ao ambiente de prova on-line, será liberado conforme Instrução do Edital de Convocação para a Prova ser publicado no Diário Oficial do Estado de Estado e no site da Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos site https://deourinhos.educacao.sp.gov.br/ .

4 - Para acesso ao ambiente de prova on-line o candidato deverá utilizar o mesmo e-mail informado no momento da inscrição.

5 - Não será admitido o ingresso do candidato no ambiente de prova on-line em horário divergente ao estabelecido no edital de convocação da prova.

6 - O preenchimento/envio da prova mais de uma vez acarretará a desclassificação do candidato de todo processo.

6 - Na abertura do formulário da prova on-line serão solicitados dados pessoais dos candidatos. Dados preenchidos em divergência com o formulário de inscrição acarretará a desclassificação do candidato de todo processo.

7 - Não haverá segunda chamada, seja qual for o motivo alegado para justificar o atraso ou a ausência do candidato, tampouco aplicação da prova fora do ambiente on-line na data e horário pré-estabelecidos.

8 - O candidato não poderá alegar quaisquer desconhecimentos sobre a realização da prova, como justificativa de sua ausência.

9 - Não serão computadas questões não respondidas, assim como questões que contenham mais de uma resposta (mesmo que uma delas esteja correta).

10 - A Diretoria de Ensino não se responsabiliza por problemas que o candidato venha a ter de acesso à internet.

#### X - DA AVALIAÇÃO DA PROVA

1 - A prova será avaliada na escala de 0 a 30 pontos, valendo 01 ponto cada questão.

2 - Será considerado habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 15 pontos, incluída pontuação do PPI.

3 - O gabarito e o resultado da prova serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no site da Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos.

#### XI - DOS TÍTULOS E SUA AVALIAÇÃO

1 - Somente os candidatos habilitados na prova terão seus títulos avaliados.

2 - A análise e avaliação dos títulos serão executadas pela Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado da Diretoria de Ensino da Região de Ourinhos.

3 - Para fins de pontuação, o candidato poderá apresentar, durante o período de inscrições, o tempo de serviço na área administrativa, em unidade escolar:

Título	Comprovante	Valor Unitário	Valor Máximo
Tempo de experiência na área administrativa, em unidade escolar, voltado para atividades relacionadas ao item IV deste			
Edital.	Certidão Pública el ou registro em Carteira Profissional elou Declaração em papel timbrado emitida pelo Setor de Pessoal ou Órgão de Recursos Humanos legalmente habilitados de Instituição Pública/Privada.	1,00 (por ano completo)	10,00

c) Maior nota nas questões da disciplina: Noções de Informática;

d) Maior nota nas questões da disciplina: Conhecimentos Específicos;

e) Maior tempo de experiência profissional na área Administrativa em unidade escolar;

f) Maiores encargos de família (número de filhos menores de 18 anos)



procederem a escolha de vagas, obedecida, rigorosamente, a ordem da classificação por município.

2 - A relação de vagas, os dias, horário e local da realização da sessão de escolha de vagas serão publicados no Diário Oficial do Estado e no site da Diretoria de Ensino, com antecedência de, no mínimo, 5 dias da data da escolha de vagas.

3 - O número de vagas a ser oferecido aos candidatos da Lista Especial será correspondente ao cálculo de 5% de vagas existentes, por município.

4 - A ordem de convocação dos candidatos com deficiência classificados no processo seletivo, dentro dos limites estabelecidos pela Lei Complementar 683/1992, alterada pela Lei Complementar 932/2002, se dará da seguinte forma: na 5ª vaga, 30ª vaga, 50ª vaga e assim sucessivamente, a cada intervalo de 20 escolhas, durante o prazo de validade do processo seletivo.

5 - Os candidatos com deficiência aprovados terão respeitada sua ordem de classificação na lista geral, se esta for mais benéfica do que a prevista pelo regramento disposto no item "3".

6 - Na falta de candidatos com deficiência habilitados, as vagas a eles reservadas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

7 - O candidato terá exaurido os direitos decorrentes da sua aprovação no processo seletivo quando deixar de comparecer na data, horário e local estabelecidos na convocação ou desistir da escolha, seja qual for o motivo alegado.

8 - Excepcionalmente, a critério da Administração, restando vagas, após a manifestação quanto à escolha de vagas por parte de todos os candidatos classificados, por Município, poderá novamente ser convocado, o candidato aprovado que não comparecer à sessão de escolha de vaga e, também, aquele que, tendo escolhido vaga, não tenha assinado contrato para o exercício da função.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1 - É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar, pelo Diário Oficial do Estado, as publicações de todos os Editais e Comunicados, os quais também serão divulgados no site da Diretoria de Ensino de Ourinhos.

2 - O candidato a ser contratado, inclusive o candidato com deficiência deverá submeter-se a avaliação médica (laudo para exercício) - expedido por órgãos / entidades integrantes do Sistema Único de Saúde (SUS) ou Médico do Trabalho, observada as condições previstas na legislação vigente.

3 - O prazo máximo de contratação é de 12 meses, podendo, ainda, o contratado ser dispensado antes do prazo de contratação.

4 - O contrato será extinto, após o fim do prazo de vigência ou antes de seu término, nos termos fixados pelo artigo 8º da Lei Complementar 1093/2009.

5 - Conforme estabelecido no artigo 6º da Lei Complementar 1.093/2009, é vedada, sob pena de nulidade, a contratação da mesma pessoa antes de decorridos 200 dias do término do contrato.

ANEXO I - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1- DISCIPLINA: Português

- Interpretação de textos,
  - Sinônimos e Antônimos,
  - Sentido próprio e figurado das palavras,
  - Ortografia Oficial,
  - Acentuação Gráfica,
  - Crase,
  - Pontuação,
  - Substantivo e Adjetivo: flexão de gênero, número e grau,
  - Emprego de Verbos: regulares, irregulares e auxiliares,
  - Concordância: nominal e verbal,
  - Regência: nominal e verbal,
  - Conjugação de verbos,
  - Pronomes: uso e colocação - pronomes de tratamento.
- 2- DISCIPLINA: Matemática
- Operação com números inteiros, fracionários e decimais,
  - Sistema de numeração decimal,
  - Equações de 1º e 2º graus,
  - Regra de três simples,
  - Razão e proporção,
  - Porcentagem,
  - Juros simples,
  - Noções de estatística,
  - Medidas de comprimento, de superfície, de volume e capacidade e de massa,
  - Raciocínio Lógico,
  - Resolução de situações: problema.
- 3- DISCIPLINA: Noções de Informática
- Conhecimentos sobre os princípios básicos de informática: sistema operacional, diretórios e arquivos,
  - Conhecimentos de aplicativos: processadores de textos (Word), planilhas (Excel),
  - Navegação Internet: pesquisa WEB, sites,
  - Uso de correio eletrônico: caixa postal, mensagens (ler, apagar, escrever, anexar arquivos e extração de cópias).

4- DISCIPLINA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

- Constituição do Estado de São Paulo - Título I - Dos Fundamentos do Estado - Artigos 1º, 2º, 3º e 4º - Título II - Da Organização e Poderes - Capítulo I Disposições Preliminares - Artigos 5º, 6º, 7º e 8º. Capítulo III - Do Poder Executivo - Seção I - Artigos 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46. – Seção II – Artigo 47 – Seção III – Artigo 48, 49, 50 - Seção IV - Artigos 51, 52 e 53. Título III – Da Organização do Estado - Capítulo I - Da Administração Pública – Seção I – Artigos 111, 112, 113, 114 e 115 - Caput e Incisos I, II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XVIII, XIX, XXIV, XXVI, XXVII - Capítulo II - Dos Servidores Públicos do Estado Seção I – Dos Servidores Públicos Cíveis - Artigo 124 - Caput, Artigos 125, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137 - Título VII - Capítulo III – Seção I Da Educação – Artigos 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 256, 257 e 258. Capítulo VII – Da Proteção Especial – Seção I – Da Família, da Criança, do Adolescente, do Idoso e dos Portadores de Deficiência – Artigos 277, 278, 279, 280, 281 – Título VIII – Disposições Constitucionais Gerais – Artigo 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291;

- Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado - Lei nº 10.261, de 28-10-68;

- Lei Complementar nº 1144/2011 - Plano de Cargos, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação.

- Ética e sociedade SÃO PAULO (Estado). Constituição Estadual. (Título III - Capítulo I e II; Título VIII).

- Postura e ética profissional CORTELLA, Mario Sérgio. Qual é a tua Obra? Inquietações Propositivas sobre Gestão, Liderança e Ética. Petrópolis/RJ: Vozes, 2011.

- Ética na administração pública a) SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.

- Procedimentos éticos a serem observados em ambientes públicos SÃO PAULO (Estado). Decreto nº 60.428, de 8-5-14. Aprova o Código de Ética da Administração Pública Estadual e dá nova redação a dispositivos do Decreto nº 57.500, de 8-11-11.

- Desvios de conduta SÃO PAULO (Estado). Lei nº 10.261, de 28-10-68. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado. (Artigos 239 e seguintes, com as alterações da Lei Complementar nº 942, de 6-6-03).

- Eficácia no Atendimento presencial e à distância SÃO PAULO (Estado). Gestão do Atendimento, In: PDG Educação: A Gestão da Secretaria de Escola. São Paulo: Secretaria da Educação/FUNDA, 2011.

ANEXO III

AUTODECLARAÇÃO PARA FAZER JUS AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO DIFERENCIADA PARA PRETOS, PARDOS E INDÍGENAS DE QUE TRATA O CAPÍTULO VIII DESTA EDITAL

AUTODECLARAÇÃO

Eu,....., portador(a) do RG nº....., e do CPF nº....., ....., DECLARO – sob pena das sanções cabíveis – especifi-

camente para fins de obtenção de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas de que trata o Decreto nº 63.979, de 19/12/2018, que "Institui e disciplina sistema de pontuação diferenciada para pretos, pardos e indígenas em concursos públicos destinados à investidura em cargos e empregos no âmbito do serviço público paulista, nos termos da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015, e dá providências correlatas", unicamente no que se refere ao Processo Seletivo Simplificado para a função de Agente de Organização Escolar que:

- 1 - sou preto, pardo ou indígena;
- 2 - não fui eliminado(a) de qualquer concurso público ou processo seletivo realizados no âmbito do Estado de São Paulo, nem tive anulado ato de nomeação ou admissão, em decorrência de falsidade da autodeclaração, nos termos do disposto no parágrafo único, do artigo 4º, da Lei Complementar nº 1.259, de 15 de janeiro de 2015;
- 3 - manifesto interesse em utilizar a pontuação diferenciada; Estou ciente de que se for detectada falsidade desta auto-declaração, estarei sujeito(a) às penalidades legais, inclusive de eliminação deste Processo Seletivo, em qualquer fase, e de anulação de minha contratação, após procedimento administrativo regular, em que sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa.

..... de 20 .....

assinatura do(a) candidato(a)

OBS.:

É permitido ao candidato preto, pardo ou indígena manifestar que NÃO deseja se beneficiar do sistema de pontuação diferenciada. Para tanto terá seus direitos exauridos quanto à sua utilização, submetendo-se às regras gerais estabelecidas neste Edital, não podendo interpor recurso em razão desta opção, seja qual for o motivo alegado

(neste caso, não assine esta autodeclaração)

OBS.:

Para fazer jus ao sistema de pontuação diferenciada, enviar - no período destinado às inscrições - via internet, no link https://docs.google.com/forms/d/14kl-zZFlexDMg2JeOyXpMmJOJ5zwo-2gqLeP7fBSlrfY/edit?pli=1 , por upload, esta autodeclaração devidamente assinada, além dos demais documentos elencados no Edital de Abertura de Inscrições deste Processo Seletivo.

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTO ANASTÁCIO

DIRETORIA DE ENSINO REGIÃO SANTO ANASTÁCIO PROCESSO SELETIVO AGENTE DE ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO DE ESCOLHA DE VAGA EDITAL Nº 032/2023

A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado, – CE-CTD da Diretoria de Ensino – Região de Santo Anastácio, com fundamento no inciso X do artigo 115 da Constituição Estadual/1989, no inciso II do artigo 1º da Lei Complementar nº 1.093, de 16 de julho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 54.682, de 13 de agosto de 2009, e de acordo com a Autorização Governamental publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de fevereiro de 2023, CONVOCA para escolha de vagas, os candidatos aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado de Agente de Organização Escolar, para exercer a função em caráter temporário, em conformidade ao Despacho do Governador, publicado no DOE de 11/02/2023, e baixa as seguintes instruções aos candidatos:

I- INSTRUÇÕES GERAIS

1-As vagas disponíveis destinam-se à contratação por tempo determinado, pelo período máximo de 12 (doze) meses.

2- A chamada para escolha de vaga obedecerá, rigorosamente, a ordem de Classificação Final, por OPÇÃO DE ESCOLHA POR MUNICÍPIO pertencente a região da Diretoria de Ensino de Santo Anastácio, publicada em DOE de 14 e 15/06/2022

3 - O candidato convocado deverá acessar o link abaixo para participar da sessão de escolha e encaminhar até o dia 27/02/2023 às 8:30 horas, para o e-mail desatnap@educacao.sp.gov.br cópia do DOCUMENTO DE IDENTIDADE - RG e do CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS – CPF, ou se fazer representar por procurador, legalmente constituído.

4 - A Comissão Especial de Contratação por Tempo Determinado (CE – CTD) convoca, para sessão de escolha, número maior de candidatos do que vagas existentes, a fim de assegurar o preenchimento de todas as vagas no decorrer da sessão, nas hipóteses de não comparecimento/desistência de candidatos.

5 - Assinada a ficha de escolha de vaga pelo candidato, não será permitida, em hipótese alguma, desistência ou troca da vaga escolhida, sob qualquer pretexto.

6 - Não haverá nova oportunidade de escolha de vaga ao candidato retardatário ou ao que não atender à chamada no dia, hora e local determinado.

6.1 - Excepcionalmente, havendo vagas remanescentes no final de cada sessão de escolha de vaga, serão chamados os candidatos retardatários do horário, na data da convocação, obedecida a ordem de classificação.

7 - Observado o disposto no Artigo 4º da Lei Complementar Nº 1.093, de 16-07-2009, para ser contratado, o candidato deverá preencher as seguintes condições:

- a) estar em gozo de boa saúde física e mental;
- b) não ser portador de deficiência incompatível com o exercício da atividade a ser desempenhada;
- c) não exercer cargo, emprego ou função públicos na Administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto nos casos previstos no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal e inciso XVIII do artigo 115 da Constituição Estadual;
- d) possuir escolaridade compatível com a atividade a ser desempenhada: Nível Médio Completo;
- e) ter boa conduta.

8 - O candidato que escolher vaga deverá providenciar o exame médico em clínica especializada – Médico do Trabalho, que comprove estar apto a exercer as funções de Agente de Organização Escolar.

II-DIA/HORÁRIO DA SEÇÃO DE ESCOLHA

Data: 27/02/2023

Horário: 09:00 horas

III – LINK de acesso

https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting\_ZmE4MmVjNjAtYjE2Ny00MWYwLTg3ODUtMzliNTFjYjI0ZTNi%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%2216b87798-4517-442c-9200-ce1cca93259c%22%2c%22Oid%22%3a%226c1bf5c2-4a1a-4789-b8f4-f1dc8a2906a1%22%7d

IV – VAGAS DISPONÍVEIS

Código CIE – Nome da Escola – Número de Vagas

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO

032232 – EE. PROF. ANTONIO DE CARVALHO LEITÃO – 05 vagas

032220 – EE. DEZOITO DE JUNHO – 05 vagas

191536 – EE. PROFª MARINA AMARANTE RIBEIRO VASQUES SANCHES – 04 vagas

032207 – EE. ENG. ORLANDO DRUMOND MURGEL – 01 vagas

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES

032839 – EE. ALFREDO WESTIN JÚNIOR – 03 vagas

MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA

032360 – EE. MARABÁ PAULISTA – 01 vaga

MUNICÍPIO DE CAIUA

032165 – EE. DEP. JOSÉ SANCHES POSTIGO – 03 vaga

904211 – EE. PROJETO LAGOA SÃO PAULO – 02 vagas

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU

032190 – EE. DRA. ISABEL CAMPOS – 02 vagas

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS

032803 – EE. CARLOS BERNARDES STAUT – 02 vagas

V- QUADRO DE CHAMADA			
CANDIDATOS CONVOCADOS - CLASSIFICAÇÃO GERAL POR MUNICÍPIO			
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE EPITÁCIO			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
26	Yasmim Silva Brito Paiva	29.047.569-5	PRESIDENTE EPITÁCIO
27	Silmara Vichoski dos Santos	29.353.991.1	PRESIDENTE EPITÁCIO
28	Sumaya de Souza Moura	57.497.356-4	PRESIDENTE EPITÁCIO
29	Gisele da Silva Reis Fioco	34.291.196-7	PRESIDENTE EPITÁCIO
30	Gabrielle de Lima Carvalho	46.149.539-9	PRESIDENTE EPITÁCIO
31	Jéssica Fernanda Silva Barros	46.615.029-5	PRESIDENTE EPITÁCIO
32	Lais Fernandes Silva	54.681.653-8	PRESIDENTE EPITÁCIO
33	Alessandro Abreu Luz	47.318.525-8	PRESIDENTE EPITÁCIO
34	Rafaela Castorino	44.610.646-x	PRESIDENTE EPITÁCIO
35	Marceli Aparecida Cabral Sant Ana	34.797.216-0	PRESIDENTE EPITÁCIO
36	Francielle dos Santos Espindola	41.584.856-8	PRESIDENTE EPITÁCIO
37	Jéssica Aparecida da Silva Ramos	55.113.464-1	PRESIDENTE EPITÁCIO
38	Luciney Fátima dos Santos	17.605.281-1	PRESIDENTE EPITÁCIO
39	Vivian Barreto de Oliveira	33.431.004-0	PRESIDENTE EPITÁCIO
40	Larissa Silvestre Dias	54.363.368-8	PRESIDENTE EPITÁCIO
41	Rosimara Barbosa Silva	40.203.465-X	PRESIDENTE EPITÁCIO
42	Marta de Amorim Silva	26.690.640-0	PRESIDENTE EPITÁCIO
43	Taymara Carvalho da Silva	59.797.516-4	PRESIDENTE EPITÁCIO
44	Andressa Teixeira de Souza	49.933.147-3	PRESIDENTE EPITÁCIO
45	Érica Fabiana dos Santos Souza	35.040.057-X	PRESIDENTE EPITÁCIO
46	Thiago Alves Pereira	38.577.153-8	PRESIDENTE EPITÁCIO
47	Sarah de Souza Almeida	43.781.223-6	PRESIDENTE EPITÁCIO
48	Viviane Souza da Silva	420.009.894-X	PRESIDENTE EPITÁCIO

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE VENCESLAU			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
1	Luana Dias Pedrosa	56.105.940-8	PRESIDENTE VENCESLAU
2	Jéssica Santos Silva	53.963.610-1	PRESIDENTE VENCESLAU
3	Jessica Maria Nespoli Cabral	46.056.069-6	PRESIDENTE VENCESLAU
4	Fabiana Martins Okusiro	32.251.262-1	PRESIDENTE VENCESLAU
5	Cláudia Aparecida da Silva Silveira	42.039.608-1	PRESIDENTE VENCESLAU
6	Vitória Gabriely Barbosa Silva	50.388.925-8	PRESIDENTE VENCESLAU
7	Raquel Marina Rocha da Silva	52.682.425-6	PRESIDENTE VENCESLAU
8	Cássia Dias Pedrosa	35.140.701-7	PRESIDENTE VENCESLAU
9	Eliane Aparecida de Souza Mendonça	27.913.760-6	PRESIDENTE VENCESLAU
10	Elisangela Cristina Guimarães da Mata	45.871.269-3	PRESIDENTE VENCESLAU

MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
6	Valdirene Machado Cruz	21935814	PRESIDENTE BERNARDES
7	Nicolas Calixto de Oliveira	50.527.631-8	PRESIDENTE BERNARDES
8	Maria de Fátima Honório Camargo	14.635.931	PRESIDENTE BERNARDES
9	Natanny Da Silva Perueque	48.478.919-3	PRESIDENTE BERNARDES
10	Clarice Cordeiro da Rocha de Souza	26.547.392-5	PRESIDENTE BERNARDES
11	Sheila Pereira Domingues	24.519.284-0	PRESIDENTE BERNARDES
12	Larissa Rocha Jacometo	49.600.068-8	PRESIDENTE BERNARDES
13	Luís Henrique Fernandes de Sousa	1.183.747-2	PRESIDENTE BERNARDES
14	Patrícia Solano Pereira de Souza	40.078.094-X	PRESIDENTE BERNARDES
15	Maria Inês Cavasso Martines	19.524.255-5	PRESIDENTE BERNARDES

MUNICÍPIO DE CAIUA			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
2	Heloísa Cristina Costa	43.302.439-2	CAIUA
3	Maikon Douglas Gomes Roque	53.283.727-2	CAIUA
4	Nelciane Cristina Portel da Silva	24856777_9	CAIUA

MUNICÍPIO DE MARABÁ PAULISTA			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
2	Bianca Cristina de Oliveira Irineu	46.051.775-2	MARABÁ PAULISTA
3	Amábilie Fernanda Dos Santos Rodrigues	54.898.250-8	MARABÁ PAULISTA

MUNICÍPIO DE RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS			
Classificação	Nome completo do Candidato	RG	MUNICÍPIO OPÇÃO DE ESCOLHA
1	Andre Silva de Aguiar Junior	40.742.954	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS
2	Fernanda Maria Barros Darbem	45.835.789-3	RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS

DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE SANTOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO SANTOS Comunicado Edital de Atribuição – Supervisor de Ensino e Diretor de Escola.

A Diretoria de Ensino - Região Santos, comunica aos candidatos inscritos e classificados, nos termos da Res. SE 18/20, que altera a Res. SE 5/2020 que ocorrerá uma sessão de atribuição, observado o quanto segue:

Às 08h (oito) do dia 27/02/2023 (segunda-feira), na Diretoria de Ensino – Região Santos, para exercício no mesmo dia, 2 (duas) vagas de Supervisor de Ensino/Supervisor Educacional, sendo 1 (uma) em cargo vago e 1 (uma) vaga em substituição por tempo determinado e 1 (uma) vaga em cargo vago de Diretor de Escola/Diretor Escolar com as seguinte Unidade Escolar:

Guarujá:

EE Pastor Manoel José da Cruz – Turnos de funcionamento: Manhã e Tarde

Informamos que todos os interessados já classificados deverão encaminhar documentos digitalizados para o e-mail: desan@educacao.sp.gov.br. A Atribuição será realizada na sala 32 com o Sr. Dirigente Regional de Ensino, Diretor de CRH e Supervisor de Ensino da Comissão de Suporte Pedagógico.

1 - No ato do envio, o interessado deverá digitalizar em formato PDF todos os documentos solicitados no presente Edital e encaminhar para o e-mail desan@educacao.sp.gov.br até as 16 horas do dia 24/02/2023:

- Termo de anuência do Superior Imediato, com data atualizada;
- Na hipótese de acumulação de cargos, deverá haver publicação de novo ato decisório;
- Declaração de horário para fins de acumulação, quando for o caso;
- Declaração do grau de parentesco, nos termos da Súmula Vinculante 13;
- Número da Classificação de Diretor de Escola.
- 2 - Expressamente vedada à atribuição de vagas e/ou sua respectiva designação que:
- Ao candidato que se encontrar afastado a qualquer título;

Artigo 6º § único da Resolução SE 05 de 07/01/2020;

- Parágrafo único – Para fins de participação na sessão de atribuição de vaga e sua respectiva designação, o candidato deverá, na data da atribuição, se encontrar em exercício do seu cargo, não podendo, neste momento, se encontrar em qualquer tipo de licença, afastamento ou férias;

- Por procuração de qualquer espécie;

- Tiveram sofrido penalidades nos últimos 05 anos.

3 - Os candidatos foram informados que:

- A Sessão de Atribuição no horário divulgado no presente Edital, observando que qualquer eventual atraso no início da sessão não beneficiará candidato retardatário.

(Artigo 5º item V da Resolução SE 05/2020).

Observações – Boletim Subsecretaria nº 05, de 09 de fevereiro de 2023:

4- As designações realizadas a partir da data deste comunicado devem ter vigência de um mês, podendo ser prorrogadas mensalmente, até a conclusão do Processo Seletivo por Competências, a ser realizado oportunamente.

V- Quando o candidato for docente, as designações de Diretor (Escolar ou de Escola), Supervisor (Educaional ou de Ensino) e Professor Especialista em Currículo – PEC estão condicionadas à:

- a) existência de professor para assumir, de imediato, às aulas ou a classe do professor candidato à designação;
- b) atribuição de classes ou de aulas do docente a ser designado previamente à assunção do exercício da designação;
- VI - Para proceder lançamento da designação na SED (designações futuras para 2023), as mesmas devem ser cadastradas na SED em Afastamento Provisório, no menu "Atribuição Inicial \> Administrativo \> Afastamento Provisório".
- VII - Nesta opção, os docentes participarão da Atribuição Inicial de Classes e Aulas, porém essas aulas serão liberadas em substituição.
- VIII - O docente candidato à designação, em lançamento futuro, permanecerá atuando como docente, em sala de aula, até a atribuição integral de suas aulas ou classes em substituição a outro docente, devendo alterar a vigência do lançamento futuro, conforme o item VI deste comunicado.

Santos, 22 de fevereiro de 2023.

João Bosco Arantes Braga Guimarães

Dirigente De Ensino – Região Santos



A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal [www.imprensaoficial.com.br](http://www.imprensaoficial.com.br)